

</



ESTATUTO DO FUNDO DE AVAL BANDES

CAPÍTULO I – DO FUNDO

Art. 1º. O Fundo de Aval Bandes, daqui por diante denominado simplesmente FUNDO, constituído pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A, doravante denominado Administrador, como um condomínio aberto, por prazo indeterminado, será regido pelo presente Estatuto, por seu(s) Regulamento(s) de Operações e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

§ 1º - O FUNDO, de natureza privada, tem patrimônio próprio separado do patrimônio dos cotistas e do Administrador, sendo sujeito a direitos e obrigações próprias.

§ 2º - O FUNDO responderá por suas obrigações com os bens e direitos integrantes de seu patrimônio, não respondendo o Administrador, ou os cotistas, por qualquer obrigação do FUNDO, salvo aquelas relacionadas no artigo 16 deste estatuto, no caso do Administrador, e pela integralização das cotas que subscreverem, no caso dos cotistas.

CAPÍTULO II – FINALIDADE

Art. 2º. O FUNDO tem por finalidade garantir o risco dos empréstimos e financiamentos concedidos, pelas instituições financeiras habilitadas, a microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, autônomos, cooperativas de agricultura familiar capixaba, sindicato de agricultores familiares e associações de pequenos agricultores familiares, associações e colônias de pescadores, marisqueiros e assemelhados, assim como associações de pescadores profissionais artesanais e aquicultores.

Parágrafo Único - Na vigência de situação de emergência, estado de calamidade pública ou de estado de emergência em saúde pública, instituído oficialmente pelo Estado, quando os Beneficiários forem microempreendedores individuais, será admitido, respeitada a comprovação da receita operacional bruta anual que não ultrapasse o teto definido no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, que as pessoas físicas dos sócios empreendedores sejam titulares das operações de crédito.

CAPÍTULO III – DAS COTAS

Art. 3º. As cotas do Fundo de Aval Bandes, nominativas e escriturais, correspondem a frações ideais de seu patrimônio, podendo ser de classes distintas, conforme os direitos que outorguem ou as restrições que imponham a seus titulares.

§ 1º - Poderão ser cotistas do FUNDO o Estado, pessoas jurídicas de direito público, pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública e instituições financeiras.

§ 2º - As cotas serão integralizadas em moeda corrente.

Art. 4º. O FUNDO não pagará rendimentos a seus cotistas.

Art. 5º. O valor da cota será calculado mensalmente, considerando-se o patrimônio líquido do FUNDO dividido pelo número de cotas do FUNDO, apurados no fechamento do mês.

</



Art. 6º. O ingresso do cotista no FUNDO caracteriza-se pela inscrição de seu nome no registro de cotistas do FUNDO, sendo indispensável sua adesão irrestrita aos termos do Estatuto do FUNDO, do(s) regulamento(s) e às demais normas regulamentares expedidas pelo Administrador, a ser manifestada no(s) Contrato(s) de Subscrição de Cotas e Condições Gerais para Outorga de Garantia pelo FUNDO, o(s) Contrato(s) FUNDO.

Art. 7º. A subscrição deverá ser integralizada, nos termos do Contrato FUNDO, até o terceiro dia útil do mês seguinte ao da subscrição, considerado o calendário do município da sede do Administrador.

Parágrafo Único - O valor subscrito e integralizado será convertido em cotas com base no valor da cota apurado no último dia do mês anterior que ocorrer a integralização.

Art. 8º. Ao resgate de cotas não se sujeita carência, sendo vedado o resgate de cotas em valor superior ao montante de recursos financeiros disponíveis ainda não vinculados às garantias outorgadas.

Parágrafo Único - Adicionalmente ao disposto no caput deste artigo as cotas somente poderão ser resgatadas na hipótese de estarem liberadas, entendidas como tal aquelas que superem a quantidade necessária para atender à exposição do FUNDO às operações do cotista Agente Financeiro.

Art. 9º. A solicitação de resgate parcial será atendida e creditada ao cotista no trigésimo dia útil subsequente ao da solicitação de resgate, considerado calendário do município da sede do Administrador.

§ 1º - O valor resgatado será convertido em cotas com base na cota de fechamento do mês da solicitação do resgate.

§ 2º - Tratando-se de solicitação de resgate total ou que ultrapasse o equivalente ao percentual de 80% (oitenta por cento) da participação do cotista, apurado com base no valor patrimonial da cota no último dia do mês anterior à solicitação, o crédito ao solicitante será efetuado no prazo do caput deste artigo.

§ 3º - O resgate de cotas do FUNDO será liquidado por meio de crédito em conta ou transferência eletrônica disponível.

CAPÍTULO IV – DA ASSEMBLEIA GERAL DE COTISTAS

Art. 10. A Assembleia de Cotistas, órgão máximo de deliberação do FUNDO, reunir-se-á:

I - ordinariamente, com a previsão de realização de reunião ordinária no primeiro quadrimestre do ano, para apreciação das demonstrações contábeis e financeiras do FUNDO; e

II - extraordinariamente, sempre que o Administrador ou cotistas representando no mínimo 10% (dez por cento) das cotas em circulação a convocar.

Art. 11. Compete à Assembleia Geral de Cotistas:

I - examinar, anualmente, as contas relativas ao FUNDO;

II - aprovar as alterações ao Estatuto do FUNDO;

III - deliberar sobre:

a) demonstrações contábeis e financeiras;

b) fusão, incorporação, cisão, transformação, dissolução ou liquidação do FUNDO;

</



c) alteração da remuneração do Administrador, e

d) relatório da administração.

IV - fixar as diretrizes de atuação do FUNDO, especialmente quanto aos níveis de riscos, equilíbrio econômico-financeiro, rentabilidade e liquidez a serem perseguidos pelo Administrador.

Art. 12. A Assembleia de Cotistas instalar-se-á com a presença de cotistas que representem a maioria das cotas, em primeira convocação, ou com qualquer quantidade de cotistas, em segunda e última convocação.

§ 1º - A cada cota, independentemente da classe, corresponderá um voto nas Assembleias Gerais de Cotistas.

§ 2º - A convocação para a Assembleia Geral de Cotistas será realizada com 10 (dez) dias de antecedência, por anúncios publicados nos veículos de comunicação costumeiramente usados para a divulgação das informações do FUNDO ou por carta endereçada aos cotistas, conforme os registros mantidos pelo Administrador.

§ 3º - Para atualização do cadastro do FUNDO, os cotistas comunicarão ao Administrador quaisquer alterações em seus dados.

§ 4º - A Assembleia Geral de Cotistas deliberará, sempre, por maioria de votos dos presentes.

CAPÍTULO V – DO ADMINISTRADOR

Art. 13. O FUNDO será administrado pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo S/A – BANDES, designado Administrador, conforme suas alçadas decisórias.

§ 1º - Compete ao Administrador:

I - administrar e dispor dos ativos do FUNDO em conformidade com a política de investimentos fixada neste Estatuto;

II - instituir os Regulamentos de Operações do FUNDO, que disporão sobre as condições aplicáveis à outorga de garantias, especialmente no que diz respeito a recuperação de créditos e limitações aplicáveis às garantias, conforme as diversas modalidades operacionais admitidas neste Estatuto, considerando parâmetros e metodologias compatíveis com as utilizadas pelo mercado, observado o disposto neste Estatuto e eventuais diretrizes de atuação do FUNDO fixadas pela Assembleia Geral de Cotistas;

III - providenciar a avaliação do patrimônio, considerando parâmetros e metodologias compatíveis com as utilizadas pelo mercado e o disposto neste Estatuto;

IV - outorgar garantias pelo FUNDO;

V - representar o FUNDO, ativa ou passivamente, judicial ou extrajudicialmente;

VI - zelar pelo equilíbrio entre os ativos e garantias prestadas pelo FUNDO;

VII - deliberar sobre a gestão e alienação dos bens e direitos do FUNDO, zelando pela mitigação de riscos e pela manutenção de sua rentabilidade e liquidez;

VIII - contratar terceiros para prestação de serviços para o FUNDO;

</



IX - estabelecer os critérios a serem atendidos por prestadores de serviços de cobrança, de avaliação de risco ou de outras atividades de interesse do FUNDO;

X - convocar a Assembleia Geral de Cotistas; e

XI - impugnar garantias, adiantamentos ou honras prestadas em desacordo com as normas do FUNDO.

§ 2º - A responsabilidade do Administrador estende-se à gestão das garantias, atividade que compreende a definição dos procedimentos operacionais e exigências de informações do Agente Financeiro, a outorga da garantia, o acompanhamento e fiscalização da operação, o adiantamento de recursos, o pagamento da honra e eventual impugnação de garantia outorgada.

§ 3º - O Administrador poderá contratar instituição autorizada pela CVM para realizar as atividades de custódia, controladoria, escrituração da emissão, do resgate de cotas e de tesouraria, podendo ainda contratar terceiros para realizar, total ou parcialmente, a gestão de ativos do FUNDO, individual ou conjuntamente, ou outros serviços aprovados pela Assembleia Geral de Cotistas.

§ 4º - A responsabilidade pela gestão dos ativos do FUNDO é do Administrador, ainda que contrate terceiros para essa tarefa, hipótese em que o Administrador responderá, perante os cotistas, solidariamente ao gestor eventualmente contratado, devendo constar do contrato com o gestor cláusula expressa nesse sentido.

§ 5º - A representação judicial e extrajudicial do FUNDO, prevista no inciso V do caput deste artigo, será delegada por instrumento de procuração pelo Administrador ao Agente Financeiro, para este atuar em nome do FUNDO na cobrança dos créditos concedidos, visando recuperação das garantias honradas.

Art. 14. Fica o Administrador autorizado a realizar todas as operações, praticar todos os atos que se relacionem com a finalidade do FUNDO e exercer todos os direitos inerentes à propriedade dos bens e direitos integrantes do patrimônio do FUNDO, inclusive o de ações judiciais, recursos e exceções, podendo abrir e movimentar contas bancárias, adquirir e alienar livremente títulos, valores mobiliários ou quaisquer outros bens e direitos pertencentes ao FUNDO, bem como transigir.

Art. 15. Constituem obrigações do Administrador:

I - decidir sobre pedido de habilitação dos Agentes Financeiros e firmar os Contratos de Subscrição de Cotas e Condições para Outorga de Garantia pelo FUNDO;

II - agir sempre no único e exclusivo benefício do FUNDO, empregando na defesa de seus direitos a diligência exigida pelas circunstâncias e praticando todos os atos necessários a assegurá-los, judicial ou extrajudicialmente;

III - receber rendimentos ou quaisquer valores devidos ao FUNDO;

IV - observar os níveis máximos de inadimplência fixados para outorga e provimento de garantias pelo FUNDO;

V - custodiar, às suas expensas, atualizados e em perfeita ordem, os documentos do FUNDO;

VI - implementar procedimento de acompanhamento das operações garantidas pelo FUNDO;

VII - manter custodiados em instituição prestadora de serviços de custódia, devidamente autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, os títulos e valores mobiliários de titularidade do FUNDO;

</



VIII - debitar aos Agentes Financeiros os valores referentes às Comissões Pecuniárias do Aval, impugnações, devoluções de garantias honradas e créditos recuperados, repassando-os a crédito do FUNDO;

IX - creditar aos Agentes Financeiros os valores relativos aos adiantamentos por conta de honras requeridas, a débito do FUNDO;

X - divulgar aos cotistas, tempestivamente, qualquer ato ou fato relevante relativo ao FUNDO ou a suas operações, inclusive proposição de demandas judiciais contra o FUNDO e variações significativas no patrimônio do FUNDO;

XI - encaminhar mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente, os balancetes contábeis do FUNDO, aos cotistas que solicitarem;

XII - encaminhar aos cotistas, anualmente, até 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício, as demonstrações contábeis e financeiras do FUNDO auditadas por auditores independentes;

XIII - estabelecer os procedimentos a serem observados pelos Agentes Financeiros na operacionalização das garantias outorgadas pelo FUNDO;

XIV - acompanhar o desempenho do Agente Financeiro na condução de operações realizadas com garantia do FUNDO, no que diz respeito a níveis de inadimplência, atrasos no envio das informações a serem fornecidas e outros aspectos, podendo o Administrador considerá-lo impedido de contratar a garantia do FUNDO em novas operações, observado o direito de defesa, nos termos previstos nos Regulamentos do FUNDO e nas Condições para Outorga de Garantia pelo FUNDO;

XV - manter à disposição dos cotistas, em sua sede, informações, atualizadas mensalmente, relativas a:

a) valor patrimonial das cotas e dos bens e direitos integrantes do patrimônio do FUNDO; e

b) relação das demandas judiciais ou extrajudiciais em que o FUNDO seja parte, indicando seu objeto, valores discutidos e sumário do andamento;

XVI - preparar, anualmente, as demonstrações contábeis e financeiras e o relatório de administração do FUNDO;

XVII - contratar os auditores independentes para o FUNDO; e,

XVIII - divulgar na página do Administrador disponível na Internet, no prazo de até 120 (cento e vinte) dias após o encerramento do exercício social:

a) o relatório de administração do FUNDO;

b) as demonstrações contábeis e financeiras do FUNDO; e

c) o parecer do auditor independente.

Parágrafo único - As obrigações, vedações e responsabilidades concernentes ao Administrador aplicam-se aos gestores por ele contratados.

Art. 16. O Administrador responde por quaisquer danos causados ao patrimônio do FUNDO, decorrentes de:

I - atos que configurem má gestão ou gestão temerária;

</



II - atos que configurem violação da Lei, do Estatuto do FUNDO e de determinação da Assembleia Geral de Cotistas; ou

III - operação de qualquer natureza realizada entre o FUNDO e seus cotistas ou quaisquer terceiros, quando caracterizada situação de conflito de interesse de conhecimento do Administrador.

Art. 17. O Administrador segregará a gestão e a contabilidade do FUNDO de suas demais atividades e ainda:

I - estabelecerá práticas claras e precisas que assegurem o bom uso de instalações, equipamentos e arquivos comuns à gestão do FUNDO e a outras atividades do Administrador;

II - adotará procedimentos operacionais visando à preservação de informações confidenciais pelos administradores, empregados e prestadores de serviço do Administrador envolvidos na gestão do FUNDO;

III - zelará para que somente funcionários envolvidos com a administração e gestão do FUNDO tenham acesso às informações confidenciais; e

IV - estabelecerá políticas relacionadas à aquisição e alienação de valores mobiliários, por parte de administradores e empregados do Administrador envolvidos na administração do FUNDO, exceto se o Administrador já houver disposto a respeito.

Parágrafo único - O Administrador segregará suas funções como Administrador do FUNDO de suas funções de financiador dos empréstimos e financiamentos garantidos pelo FUNDO, as quais serão realizadas por unidades distintas.

Art. 18. É vedado ao Administrador, no exercício das funções de gestor do patrimônio do FUNDO e utilizando os recursos do FUNDO:

I - investir em valores mobiliários de sua emissão ou de suas subsidiárias;

II - negociar ativos do FUNDO desnecessariamente, com a finalidade de aumentar sua remuneração;

III - conceder ou tomar empréstimos, adiantar rendas futuras aos cotistas ou abrir créditos sob qualquer modalidade;

IV - outorgar garantias a pessoas naturais ou jurídicas, prestar fiança, aval, aceite ou coobrigar-se sob qualquer forma, exceto quanto aos financiamentos e empréstimos objeto de garantia pelo FUNDO, conforme disposto neste Estatuto;

V - aplicar recursos na aquisição de cotas do próprio FUNDO;

VI - prometer rendimento predeterminado aos cotistas;

VII - realizar operações do FUNDO quando caracterizada situação de conflito de interesses de seu conhecimento, exceto na condição de credor de operações garantidas pelo FUNDO;

VIII - onerar, sob qualquer forma, os ativos do FUNDO, exceto conforme disposto neste Estatuto; e

IX - negociar com títulos e valores mobiliários não registrados pela CVM, exceto com relação aos títulos públicos federais.

Parágrafo Único - É vedado ao Administrador, assim como às suas controladas, coligadas e fundos por elas geridos, receber qualquer vantagem ou benefício direto ou indireto, não previsto neste Estatuto,

</



relacionado a atividades do FUNDO sob sua administração, que não seja transferido para benefício do FUNDO, exceto quanto a adiantamentos e honras das operações garantidas pelo FUNDO.

CAPÍTULO VI – DA REMUNERAÇÃO DO ADMINISTRADOR

Art. 19. O Administrador receberá, pelos serviços prestados ao FUNDO, taxa de administração dos recursos, em percentual de 0,25% a.m. (vinte e cinco centésimos por cento ao mês), incidente sobre a totalidade dos ativos do FUNDO referente à administração e gestão dos recursos.

§ 1º - A taxa de administração será cobrada mensalmente, e a base de cálculo será o total de ativos, apurado no balancete contábil do mês anterior, para pagamento no mês subsequente ao de referência.

§ 2º - O Administrador fará jus a 2% (dois por cento), incidente sobre os valores revertidos ao FUNDO por conta dos créditos recuperados, destinada à cobertura das despesas incorridas em atividades administrativas e de suporte à gestão de garantias.

§ 3º - De forma a preservar o princípio da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do FUNDO, os percentuais indicados no caput e no parágrafo 2º, acima, poderão ser renegociados, devendo qualquer alteração ser submetida à aprovação da Assembleia Geral de Cotistas.

§ 4º - Na hipótese do Administrador realizar a contratação de terceiros para exercer total ou parcialmente a gestão de ativos do FUNDO, a totalidade ou parte da taxa de administração prevista no caput poderá ser paga diretamente pelo FUNDO ao terceiro contratado.

CAPÍTULO VII – DAS GARANTIAS

Art. 20. O FUNDO prestará garantias a operações de crédito contratadas com:

- a) microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte, consideradas como tal, para fins do disposto neste estatuto, aquelas cuja receita operacional bruta anual não ultrapasse o teto definido no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte;
- b) autônomos, que sejam devidamente cadastrados no órgão municipal, estadual ou federal competente ou que sejam contribuintes individuais da Previdência Social, e para motorista de aplicativo a comprovação de vinculação à empresa contratante;
- c) cooperativas de agricultura familiar capixaba e associações de pequenos agricultores familiares, associações e colônias de pescadores, marisqueiros e assemelhados, assim como associações de pescadores profissionais artesanais e aquicultores, que apresentem inscrição no Cadastro Nacional da Agricultura Familiar - CAF ou Declaração de Aptidão ao Pronaf - DAP Jurídica até que a CAF tenha sua implementação concluída; e
- d) sindicato de agricultores familiares, se financiável.

§ 1º - As operações garantidas deverão estar enquadradas nas linhas de empréstimo e financiamento do Sistema Financeiro Nacional - SFN, admitidas operações subsidiadas.

§ 2º - Em operações de crédito realizadas na vigência de situação de emergência, estado de calamidade pública ou de estado de emergência em saúde pública, instituído oficialmente pelo Estado, é admitido ao FUNDO garantir operações realizadas com recursos e riscos de fundos de fomento.

Art. 21. Exigir-se-á, para outorga de garantia pelo FUNDO, cumulativamente:

- I - a constituição de garantias fidejussórias, pela totalidade do crédito; e

</



II - a constituição de garantias reais, nas operações que ultrapassem o teto fixado nos Regulamentos de Operações, sobre ativos de valor equivalente, no mínimo, ao valor da operação.

§ 1º - Respeitado o disposto neste artigo, os Regulamentos de Operações poderão prever condições específicas para a exigência ou a dispensa de constituição de garantias fidejussórias ou reais.

§ 2º - As garantias concedidas por outros fundos garantidores não serão consideradas para atender às exigências de constituição de garantia previstas na regulamentação do FUNDO.

Art. 22. O valor máximo de exposição do FUNDO na prestação de garantias está limitado a 8 (oito) vezes o seu patrimônio líquido.

Parágrafo Único - O valor máximo de exposição do FUNDO a um mesmo Agente Financeiro está limitado a 4 (quatro), a vezes o patrimônio líquido do FUNDO, observados os mecanismos de mitigação de risco fixados pelo Administrador.

Art. 23. As garantias concedidas pelo FUNDO observarão os seguintes limites, cumulativamente:

I - no máximo, 100% (cem por cento) do valor do empréstimo ou financiamento; e

II - no máximo, 20% (vinte por cento) do valor de referência de enquadramento no Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, por financiado.

Parágrafo Único - O percentual máximo previsto no inciso II deste artigo poderá ser de até 100% (cem por cento) nas operações de crédito realizadas na vigência de situação de emergência, estado de calamidade pública ou de estado de emergência em saúde pública, instituído oficialmente pelo Estado.

Art. 24. A cobertura, pelo FUNDO, da inadimplência suportada pelo Agente Financeiro, está limitada a 25% (vinte e cinco por cento) do somatório dos valores liberados das operações contratadas pelo Agente Financeiro, ponderados pelos percentuais das coberturas outorgadas pelo FUNDO e atualizados nas condições previstas nos Regulamentos do FUNDO.

§ 1º - Atingido o limite previsto no caput deste artigo, o FUNDO suspenderá os adiantamentos para novos pedidos de cobertura de operações inadimplidas, retomando-os tão logo a inadimplência suportada pelo Agente Financeiro seja reduzida a um patamar que permita atender aos pedidos de adiantamento sem ultrapassar referido limite.

§ 2º - O limite previsto no caput deste artigo poderá ser segregado em conjuntos de operações de diferentes modalidades de aplicação, portes de empresas e períodos, nos termos dos Regulamentos do FUNDO.

§ 3º - Os Regulamentos do FUNDO disporão sobre a metodologia, critérios e periodicidade de cálculo da inadimplência, tendo por base as operações contratadas pelo Agente Financeiro.

§ 4º - O Regulamento do FUNDO poderá definir percentual inferior do limite de cobertura fixado no caput.

Art. 25. A contratação da garantia do FUNDO, pelo Agente Financeiro, deverá ser precedida de sua habilitação e celebração do Contrato FUNDO.

Art. 26. Pela concessão da garantia, os Agentes Financeiros recolherão, em favor do FUNDO, comissão pecuniária de aval - CPA, fixado pelo Administrador, para espelhar o montante de recursos necessários ao pagamento de honras futuras derivadas das perdas nas operações garantidas pelo FUNDO e preservar o patrimônio do FUNDO no longo prazo, na forma prevista nos Regulamentos.

</



Parágrafo Único - O Administrador poderá reduzir ou isentar a comissão no caso de situação de emergência, de estado de calamidade pública ou de estado de emergência em saúde pública.

CAPÍTULO VIII – DO PATRIMÔNIO DO FUNDO

Art. 27. O patrimônio do FUNDO será formado:

- I - por meio da integralização de cotas;
- II - pelos rendimentos obtidos com sua administração;
- III - pela receita decorrente da cobrança de comissão pecuniária de aval - CPA;
- IV - pelos valores ou bens oriundos da recuperação de crédito de operações cobertas pelo FUNDO;
- V - pelas devoluções efetuadas, pelos Agentes Financeiros, de garantias honradas pelo FUNDO; e
- VI - por outros recursos que lhe sejam destinados.

CAPÍTULO IX – DA POLÍTICA DE INVESTIMENTO

Art. 28. A gestão e a administração da carteira de ativos financeiros, títulos e valores mobiliários, moeda corrente ou outros ativos integrantes do patrimônio do FUNDO será realizada pelo Administrador, buscando a manutenção de sua rentabilidade, segurança e liquidez.

Art. 29. O patrimônio do FUNDO poderá estar aplicado em:

- I - títulos públicos federais;
- II - instituições financeiras que possuam, no mínimo, ratings nacionais de curto e longo prazo que denotem expectativas de baixo risco de inadimplência;
- III - títulos privados não bancários, de companhias listada em bolsa de valores, com ratings nacionais de longo prazo que denotem expectativas de baixo risco de inadimplência;
- IV - fundos de investimento de renda fixa referenciado DI;
- V - ações de companhias listadas em Bolsa de Valores.

Art. 30. As aplicações do FUNDO deverão respeitar os seguintes limites:

- I - até 50% (cinquenta por cento) em instituições financeiras classificadas pelo Banco Central do Brasil nos segmentos S1, S2 e S3 e cuja classificação de risco de longo prazo, emitida por agência internacional, que corresponda a, no mínimo, o primeiro nível de grau de investimento;
- II - até 10% (dez por cento) em títulos privados não bancários, cuja instituição captadora possua classificação de risco de longo prazo, emitida por agência internacional, que corresponda a, no mínimo, o primeiro nível de grau de investimento;
- III - até 5% (dez por cento) em ações de companhias listadas em bolsa, e
- IV - até 20% (vinte por cento) diretamente em fundos de investimento de renda fixa referenciado DI, cujo perfil conservador apresente nível de risco até 2 (dois).

§ 1º - Deverá ser respeitado que o mínimo de 50% (cinquenta por cento) das disponibilidades de recursos sejam aplicadas em títulos públicos federais, diretamente ou por participação em cotas de fundos de investimento.

</



§ 2º - A classificação de risco mencionada acima deve seguir a escala nacional na faixa de classificação A-/A3, ou equivalente.

Art. 31. O patrimônio do FUNDO será aplicado com observância, ainda, do seguinte:

I - o Administrador ou o Gestor por ele contratado ficam autorizados a realizar operações com derivativos de qualquer natureza, exclusivamente para fins de proteção das posições do FUNDO.

II - o Administrador, bem como os fundos de investimentos e carteiras por ele administrados ou pessoas a ele ligadas, poderão atuar como contraparte em operações realizadas pelo FUNDO, não podendo o Administrador, entretanto, aplicar recursos do FUNDO em títulos de sua emissão, aceite ou coobrigação ou de empresas a ele coligadas.

Art. 32. Na aplicação do patrimônio do FUNDO, o Administrador, para os ativos referidos no artigo 29, deverá buscar pelo menos uma rentabilidade de 95% (noventa e cinco por cento) da remuneração do CDI.

Art. 33. A marcação dos ativos do FUNDO deve ser feita a mercado ou pela curva da taxa de juros do título, com indicação dos critérios de avaliação adotados, devendo:

I - no caso de ações, a fonte primária dos preços ser a última cotação diária de fechamento, referente às negociações realizadas no mercado acionário divulgadas pela Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA; e

II - no caso de títulos públicos federais marcados a mercado, a fonte primária de preços unitários ser a ANDIMA, tomando-se por base o preço médio de negociação no dia da apuração.

Parágrafo Único - Nos demais títulos mencionados no artigo 29, fica o Administrador autorizado a utilizar o método disponível que permita dimensionar de forma mais consistente o valor do ativo em questão, conforme sua natureza, as práticas de mercado e normas vigentes.

CAPÍTULO X – DOS ENCARGOS E DESPESAS

Art. 34. Constituirão encargos do FUNDO, a serem debitados pelo administrador, as seguintes despesas:

I - o adiantamento e a honra das garantias prestadas pelo FUNDO em operações de crédito realizadas com os Agentes Financeiros;

II - a remuneração do Administrador, de consultores especializados e de terceiros prestadores de serviços ao FUNDO;

III - as taxas, impostos ou contribuições federais, estaduais, municipais ou autárquicas que recaiam ou vierem a recair sobre os bens, direitos e obrigações que compõem o patrimônio do FUNDO;

IV - os honorários e despesas com auditores independente, inclusive despesas com auditoria operacional;

V - comissões, emolumentos BOVESPA, B3, custo SELIC, Taxa CBLC, Taxa ANBID, corretagem, ajustes negativos de rendimentos e quaisquer outras despesas relativas às operações com fundos de investimentos, títulos ou valores mobiliários efetuadas em nome ou para benefício do FUNDO;

VI - os honorários de advogados, custas e despesas correlatas incorridas em razão de defesa ou representação dos interesses do FUNDO, judicial ou extrajudicialmente, inclusive o valor de condenação eventualmente imputada ao FUNDO;

</



VII - quaisquer despesas inerentes à constituição, dissolução ou liquidação do FUNDO e à realização de Assembleia de Cotistas;

VIII - a taxa de custódia e de liquidação de títulos ou valores mobiliários do FUNDO;

IX - as despesas decorrentes da contratação de terceiros;

X - as despesas com provisão para pagamento de honras, contingências e para encargos não ganhos, inclusive com a contratação de assessoria atuarial;

XI - as despesas com consultas, manutenção, atualização e desenvolvimento de modelos de credit score para avaliação de risco;

XII - as despesas com aquisições, manutenções e desenvolvimento de sistemas de tecnologia, e

XIII - outras despesas necessárias e de interesse exclusivo do FUNDO incluindo deslocamentos, registros e outras despesas cartorárias, publicações, convocações, material de expediente, manutenção, conservação e reparos de bens móveis e imóveis integrantes do patrimônio do FUNDO.

CAPÍTULO XI – DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E NORMAS CONTÁBEIS

Art. 35. O FUNDO terá escrituração contábil destacada da relativa ao Administrador.

Parágrafo único: O exercício social do FUNDO compreende o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 36. As informações a serem divulgadas, anualmente, pelo Administrador do FUNDO, compreendem:

I - Demonstrações Contábeis e Financeiras:

- Balanco Patrimonial;
- Demonstração do Resultado; e
- Demonstração do Fluxo de Caixa;

II - Parecer do Auditor Independente; e

III - Relatório de Administração.

Art. 37. As informações a serem divulgadas serão publicadas na rede mundial de computadores ou em jornais escolhidos pelo Administrador para este fim.

Art. 38. O relatório de administração deverá conter, no mínimo:

- descrição dos negócios realizados no ano, os objetivos, os montantes dos investimentos feitos, as receitas auferidas, a origem dos recursos investidos, bem como a rentabilidade apurada no período, e
- o valor patrimonial da cota dos dois últimos exercícios, por ocasião dos balanços.

CAPÍTULO XII – DA LIQUIDAÇÃO

Art. 39. A dissolução ou liquidação do FUNDO, deliberada em Assembleia Geral de Cotistas, ficará condicionada à prévia quitação da totalidade dos débitos garantidos ou à liberação das garantias outorgadas pelos respectivos beneficiários.

</



Parágrafo único. Dissolvido ou liquidado o FUNDO, o seu patrimônio será devolvido aos cotistas, com base na situação patrimonial à data da dissolução.


CAPÍTULO XII – DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. A alteração deste Estatuto não poderá ocorrer em detrimento dos direitos assegurados em contrato aos beneficiários de garantias outorgadas pelo FUNDO.

Art. 41. Fica eleito o foro da cidade de Vitória, ES, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para quaisquer ações relativas ao FUNDO.

CAPÍTULO XIII – DA VIGÊNCIA DO ESTATUTO DO FUNDO

Art. 42. Este Estatuto entra em vigor na data de instituição do Fundo de Aval Bandes.

Documento assinado digitalmente
 **CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO**
 Data: 26/04/2024 15:44:01-0300
 Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

CARLOS EMMANUEL JOPPERT RAGAZZO
 Presidente da Mesa

MARCOS ROBERTO Assinado de forma digital
LIMA:01723668796 por MARCOS ROBERTO
 LIMA:01723668796

MARCOS ROBERTO LIMA
 Secretário